



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO BARROS DIAS

APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO Nº 22248/SE (0005895-25.2010.4.05.8500)

APELANTE : ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

ADV/PROC : GEANE MONTEIRO GUIMARAES E OUTROS

APELANTE : BANCO BRADESCO S/A - BANCO BRASILEIRO DE DESCONTO S/A

ADV/PROC : JOSE MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO E OUTROS

APELANTE : UNIÃO

APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

REMTE : JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE SERGIPE (ARACAJU)

ORIGEM: 1ª VARA FEDERAL DE SERGIPE

RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO BARROS DIAS - Segunda Turma

RELATÓRIO

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Federal **FRANCISCO BARROS DIAS** (Relator):

Trata-se de apelações interpostas pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, Banco Bradesco S/A e União Federal contra sentença proferida pelo MM. Juiz Federal Substituto da 1ª Vara da Seção Judiciária de Sergipe, Dr. Fábio Cordeiro de Lima, que, em sede de ação civil pública, julgou parcialmente procedente o pedido formulado pelo Ministério Público Federal para determinar (fls. 889/908):

a) aos réus ECT e Bradesco que promovam a adequação da estrutura das agências dos Correios que atuam como Banco Postal nos municípios que integram a competência territorial da Seção Judiciária de Sergipe, providenciando a sua adequação física (localização conveniente e estrutura apropriada) e a adoção das medidas de segurança previstas na Lei 7.102/83, segundo o modelo aprovado pela Polícia Federal, estendendo-se a responsabilidade da ECT enquanto prestar o serviço como correspondente bancário de qualquer instituição financeira ao passo que a do Bradesco se prolongará enquanto mantiver contrato com a ECT;

b) a União a obrigação de aprovar e fiscalizar o sistema de segurança das agências dos Correios que prestem o serviço como “Banco Postal”, nos termos da Lei nº 7.102/83;

c) em caso de não cumprimento das providências determinadas, nos prazos fixados, poderá alterar a forma da obrigação de fazer para que a ACT seja proibida de prestar atendimento como Banco Postal por meio de suas agências até que haja regularização do seu sistema de segurança;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO BARROS DIAS

d) a extensão dos efeitos da decisão de antecipação de tutela em relação à União, principalmente quanto à aprovação e fiscalização do sistema de segurança das agências dos Correios que prestem o serviço como “Banco Postal”, nos termos da Lei nº 7.102/93.

Houve declaratórios parcialmente providos para afastar contradição apenas quanto à data em que se encerraria o prazo para o cumprimento da decisão que antecipou os efeitos da tutela (1.033/1.035).

A decisão de antecipação dos efeitos da tutela foi no sentido de determinar a adequação da estrutura das agências dos Correios que atuam como Banco Postal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, nos municípios que integram a competência territorial desta Seção Judiciária, providenciando a sua adequação física (localização conveniente e estrutura apropriada), e a adoção das medidas de segurança previstas na Lei 7.102/83, tais como controle de acesso de pessoas (portas giratórias), instalação de alarme, de detector de metais e de sistema de comunicação com os órgãos públicos e a contratação de vigilantes ou empresa de segurança para atender a todas as agências, segundo modelo aprovado pela Polícia Federal. Determinou-se, ainda, a imediata suspensão do funcionamento como correspondente bancário das agências dos correios situadas no Bairro Santos Dumont, no D.I.A. e na Siqueira Campos, na Capital Sergipana, no Município de Propriá e São Francisco. Houve fixação de multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para o descumprimento de cada uma das agência que esteja funcionando em desacordo com o conteúdo da liminar, que incidirá automaticamente após o decurso do prazo sem o cumprimento (fls. 602/615).

Em suas contrarrazões (fls. 1.040/1.079), a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT aduz, em síntese:

a) ilegitimidade passiva *ad causam*, por entender que a questão da segurança pública é dever do Estado, exercido através de seus órgãos de polícia, não cabendo à empresa pública demanda a responsabilidade de prestar proteção aos trabalhadores e consumidores;

b) formação de litisconsórcio passivo com o Estado de Sergipe, responsável pela segurança pública;

c) impossibilidade jurídica do pedido por ser a Lei nº 7.102/83 aplicável somente às instituições bancárias, inexistindo previsão legal a albergar pretensão de aplicação das mesmas regras às agências dos Correios;

d) não cabimento da manutenção da tutela antecipada para a suspensão do serviço de correspondente bancário em todas as agências postais sob a jurisdição da Primeira Vara Federal de Sergipe, diante da exiguidade de prazo concedido para as adequações determinadas, em vista dos ditames da Lei nº 8.666/93. Aduz, ainda, quanto a esse ponto, ser indevida a contagem do prazo para as adequações desde a citação da União, responsável pela aprovação dos projetos,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO BARROS DIAS

quando o ente federativo somente se tornou obrigado a aprovar os projetos pela extensão dos efeitos da antecipação de tutela quando da prolação da sentença (11/11/2011), em momento muito posterior à citação, tanto que o prazo se encerrou em 28/11/2011, dias após a submissão da União aos efeitos da tutela.

e) a Lei nº. 7.102/83 não se aplica às suas atividades, tendo em vista que a figura do correspondente bancário não está inserida no campo de incidência da norma;

f) violação ao princípio da legalidade, por afronta aos artigos 5º, inciso II, e XXXV, e 37, *caput*, ambos da Constituição Federal, pois não está a ECT obrigada a cumprir previsão legal que determina certas condutas, quando as normas impositivas dizem respeito a outra atividade, alheia a que desempenha, bem como ofensa ao Princípio da Separação dos Poderes;

g) a ECT vem implementando medidas de segurança em âmbito nacional e no Estado de Sergipe, consistente em g.1) cofre com fechadura eletrônica de retardo; g.2) sistema de alarme; g.3) sistema de imagem; g.4) sistema de vigilância ostensiva; g.5) porta giratória detectora de metais.

h) a alocação de itens de segurança é definida em observância à classificação do nível de risco, definido por meio da Matriz de Investimento (MI), que é atualizada anualmente, pelo órgão de Administração Central da ECT. A priorização de atendimento do item de segurança atende ao nível de risco detectado.

i) a inexistência de cobrança de tarifa por parte da ECT na abertura e manutenção de contas.

Ao final pugna pelo provimento do recurso para julgar improcedentes os pedidos. Caso não acolhida essa pretensão, que seja determinada a contagem do prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da publicação da sentença, quando houve a extensão dos efeitos da decisão antecipatória para a União.

O Banco Bradesco S/A, em suas razões recursais, em síntese, sustenta (fls. 1.114/1.140):

a) extinção da ação, com relação ao Banco Bradesco S/A, em razão do término do contrato de serviço de banco postal celebrado com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT em 31/12/2011. Em assim não entendendo, que seja chamado ao feito o Banco do Brasil S/A, que passará, junto com a ECT, a prestar os serviços em questão;

b) inaplicabilidade da Lei nº 7.102/83 ao caso concreto;

c) responsabilidade do Estado pela ausência da segurança pública. Impossibilidade de imposição desse dever à instituição financeira;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO BARROS DIAS

d) falta de razoabilidade na fixação da multa, em valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por dia de descumprimento em cada uma das agências que esteja funcionando em desacordo com o decidido.

Requer, ao final, a extinção do feito com relação ao Banco Bradesco S/A, tem em vista que a partir de janeiro de 2012 o serviço de correspondente bancário nas agências dos Correios passará a ser prestado pelo Banco do Brasil S/A. Em assim não entendendo, que o prazo para as adaptações seja de 360 (trezentos e sessenta) dias, contados a partir do trânsito em julgado da decisão final, com a redução da multa para o valor máximo de R\$ 100,00 (cem reais), limitado a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a ser reclamada apenas a partir da intimação pessoal da instituição financeira, nos termos da súmula 410 do STJ.

O Ministério Público Federal apresentou contrarrazões aos recursos de apelação interposto pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT e Banco Bradesco S/A, aduzindo, em resumo (fls. 1.150/1.171):

a) as questões apresentadas sob a roupagem de preliminares de ilegitimidade passiva dos Correios e impossibilidade jurídica do pedido são, em verdade, meritórias;

b) inexistência de litisconsórcio passivo necessário entre a os demandados e o Estado de Sergipe, pois se estar a tratar de ausência de segurança privada, nas dependências das agências dos Correios, e não de segurança pública prestado pela Ente Federativo Estadual;

c) a aplicação da Lei nº 7.102/83 ao caso concreto, quanto às medidas de segurança, tendo em vista que as agências dos Correios, que atuam como Banco Postal, embora não sendo instituições financeiras, desenvolvem atividades típicas das instituições financeiras, movimentando quantias elevadas em dinheiro, é devem, em razão disso, se submeter ao regramento da referida lei;

d) a necessidade de reforçar a segurança privada, independente da segurança pública, visando à proteção dos trabalhadores e consumidores;

e) necessidade de manutenção da decisão antecipatória de tutela, com os prazos nelas fixados, como forma de tornar o serviço do banco postal seguro para a população, não sendo óbice o fato de possível fechamento temporário de algumas agências, já que há instituições financeiras nas localidades que podem atender à população no período de adequação;

f) insuficiência das medidas de segurança tomadas pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, inclusive já apontadas na petição inicial;

g) desnecessidade de fixação de novo prazo para o cumprimento da decisão, tendo em vista que o próprio Magistrado *a quo* considerou essa possibilidade, diante da tardia extensão dos efeitos da decisão antecipatória à União;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO BARROS DIAS

h) descabimento da extinção do processo com relação ao Banco Bradesco S/A, tendo em vista que o fato de estar findo o seu contrato com a ECT não o desvincula automaticamente dos efeitos da sentença, devendo a sucessão processual ser analisada por ocasião da execução definitiva ou provisória da sentença;

i) necessidade da manutenção da multa fixada pelo Juiz singular e do prazo para a efetivação das medidas de adequação, sendo descabida a substituição daquela por valores módicos que certamente dilatará o tempo para o cumprimento efetivo do comando judicial exarado na sentença.

O Banco do Brasil S/A, por determinação do Juízo *a quo*, foi intimado da sentença, para resguardo de eventuais interesses (fl. 1.172).

A União apresentou recurso de apelação, sustentando, em síntese (fls. 1.176/1.191):

a) necessidade de concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação;

b) inaplicabilidade da Lei nº 7.102/83, tendo em vista que o Banco Postal nada mais é do que um serviço postal especial instituído pelo Ministério das Comunicações, não podendo ser comparado com a atividade das instituições financeiras;

c) os assaltos e tentativas de arrombamentos narrados na inicial são questões de segurança pública, que não podem ser transferidas nem justificam, por essa razão, considerar o Banco Postal como instituição financeira;

d) descabimento da imposição de multa diária à União, uma vez que o seu cumprimento não depende exclusivamente da vontade do ente público.

Pugna, por fim, pela concessão de efeito suspensivo ativo, pelo provimento do recurso e, caso mantido o julgamento integral, que seja excluída a astreinte imposta à União ou a sua redução para o valor de R\$ 200,00.

O Ministério Público apresentou contrarrazões ao recurso da União, afirmando, em resumo (fls. 1.196/1.214):

a) impossibilidade de atribuição de efeito suspensivo ao recurso;

b) a aplicação da Lei nº 7.102/83 ao caso concreto, quanto às medidas de segurança, tendo em vista que as agências dos Correios, que atuam como Banco Postal, embora não sendo instituições financeiras, desenvolvem atividades típicas das instituições financeiras, movimentando quantias elevadas em dinheiro, é devem, em razão disso, se submeter ao regramento da referida lei;

c) a necessidade de reforçar a segurança privada, independente da segurança pública, visando à proteção dos trabalhadores e consumidores;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO BARROS DIAS

d) manutenção da multa imposta e descabimento da substituição do valor fixado por outro de pouca expressão monetária.

Parecer do Ministério Público Federal com atuação junto a esta Corte Regional, no sentido de (fls. 1.221/1.237):

a) acolhimento do recurso de apelação do Banco Bradesco S/A, para ser reconhecida a perda de objeto do feito em relação à instituição financeira, porque não mais vigente o contrato firmado entre essas instituições bancária e a ECT, sendo despropositado, nesse momento processual, o chamamento do Banco Brasil S/A, atual responsável pela prestação do serviço de Banco Postal, para compor a lide;

b) parcial provimento ao apelo da ECT apenas para ser alterado o termo inicial do prazo de 180 (cento e oitenta) dias fixado pelo juízo para a adequação das agências dos Correios que prestam o serviço de Banco Postal às medidas de segurança previstas na Lei nº 7.102/83, para considerá-lo a partir da prolação da sentença que julgou a ação. Ficando, ainda, a exigibilidade da obrigação de fazer a ser discutida, inclusive em relação às astreintes, na fase de execução provisória;

c) improvimento do recurso da União, em razão da equiparação das instituições financeiras para os fins da Lei nº 7.102/83, particularmente quanto à aprovação e fiscalização do plano de segurança destinados aos Bancos Postais.

É o relatório.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO BARROS DIAS

APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO Nº 22248/SE (0005895-25.2010.4.05.8500)

APELANTE : ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

ADV/PROC : GEANE MONTEIRO GUIMARAES E OUTROS

APELANTE : BANCO BRADESCO S/A - BANCO BRASILEIRO DE DESCONTO S/A

ADV/PROC : JOSE MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO E OUTROS

APELANTE : UNIÃO

APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

REMTE : JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE SERGIPE (ARACAJU)

ORIGEM: 1ª VARA FEDERAL DE SERGIPE

RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO BARROS DIAS - Segunda Turma

VOTO

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Federal **FRANCISCO BARROS DIAS** (Relator):

Trata-se de apelações interpostas pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, Banco Bradesco S/A e União Federal contra sentença proferida pelo MM. Juiz Federal Substituto da 1ª Vara da Seção Judiciária de Sergipe, que, em sede de ação civil pública, julgou parcialmente procedente o pedido para determinar aos réus ECT e Bradesco que promovam a adequação da estrutura das agências dos Correios que atuam como Banco Postal nos municípios que integram a competência territorial da Seção Judiciária de Sergipe, providenciando a sua adequação física (localização conveniente e estrutura apropriada) e a adoção das medidas de segurança previstas na Lei 7.102/83, segundo o modelo aprovado pela Polícia Federal, estendendo-se a responsabilidade da ECT enquanto prestar o serviço como correspondente bancário de qualquer instituição financeira ao passo que a do Bradesco se prolongará enquanto mantiver contrato com a ECT. Determinou, também que a União fica obrigada a realizar a aprovação e fiscalização do sistema de segurança das agências dos Correios que prestem o serviço como “Banco Postal”, nos termos da Lei nº 7.102/83. Fixou, ainda, que, em caso de não cumprimento das providências determinadas, nos prazos fixados, poderá alterar a forma da obrigação de fazer para que a ACT seja proibida de prestar atendimento como Banco Postal por meio de suas agências até que haja regularização do seu sistema de segurança. Por fim, estendeu os efeitos da decisão de antecipação de tutela em relação à União, principalmente quanto à aprovação e fiscalização do sistema de segurança das agências dos Correios que prestem o serviço como “Banco Postal”, nos termos da Lei nº 7.102/93.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO BARROS DIAS

Antes da análise do mérito da contenda, cabe ao julgador apreciar as questões preliminares, que passo a fazer, iniciando pelo apelo da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Ilegitimidade passiva *ad causam* da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT.

O fundamento apresentado para se reconhecer a ilegitimidade passiva dos Correios é de que o dever de segurança pública é do Estado de Sergipe.

Não há como acolher a pretensão preambular da empresa pública, tendo em vista que a legitimidade para a causa não exige pertinência com a efetiva existência do direito material, bastando a afirmação de que existe – teoria da asserção.

No caso presente, verifica-se que há um contrato celebrado entre a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT e o Banco Bradesco S/A e, em razão desse contrato, o Ministério Público afirma a necessidade de adequação das agências dos Correios às normas de segurança previstas na Lei nº 7.102/83. Isso é o bastante para a caracterização da legitimidade passiva da empresa pública. A necessidade de adequação, ou não, e se a responsabilidade de prestação de segurança é desta ou do Estado do Sergipe é questão de mérito, não cabendo a sua análise nesse seara prefacial.

Formação de litisconsórcio passivo necessário com o Estado de Sergipe

Para a formação do litisconsórcio passivo necessário, que é excepcional, é preciso que haja a necessidade de decisão igual para todos aqueles envolvidos na questão, ou seja, litisconsórcio unitário, ou por imposição legal.

Na situação presente, não está a empresa pública e o Estado de Sergipe vinculados pelas normas de segurança que o Ministério Público pretende que sejam impostas, ou seja, aquelas previstas na Lei nº 7.102/83, nem o Ente Público Estadual é parte no contrato de correspondente bancário.

É preciso ficar claro desde o inicial, que a questão de segurança que se discute nos presentes autos é relacionada a segurança privada das agências do correspondente bancário, e não, como quer fazer crer o recorrente, de segurança pública.

Não há qualquer razão que imponha o litisconsórcio, razão pela qual rejeito a preambular.

Impossibilidade Jurídica do pedido

Também não há como acolher essa prefacial, que tem como fundamento os Princípios da Separação dos Poderes, da legalidade e do mérito



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO BARROS DIAS

administrativo, uma vez que inexistente legislação que obrigue a empresa pública a adotar as medidas de segurança prevista na Lei nº 7.102/83.

A questão apresentada em sede preliminar, na verdade, é de mérito. A aplicação, ou não, da lei suso mencionada e a violação de princípios em decorrência de sua aplicação é justamente o mérito da questão, não cabendo sua apreciação como preambular.

Por sua vez, a possibilidade jurídica do pedido está relacionada com a vedação da análise da matéria pelo Judiciário, ou seja, há expresse óbice de discussão no plano processual, e não com a improcedência do pedido. Não se deve confundir impossibilidade jurídica com improcedência do pedido.

Assim, a aplicação, ou não, da Lei nº 7.102/83 ao correspondente bancário não é matéria vedada ao conhecimento pelo Poder Judiciário. O cabimento, ou não, de sua aplicação, portanto, diz respeito à procedência, ou não, do pedido, portanto, possível juridicamente o pedido.

Passo à preliminar suscitada pelo Banco Bradesco S/A

Extinção do processo com relação ao Banco Bradesco S/A –
término do contrato objeto da demanda

Para a análise da preliminar, necessário que se torne bastante clara a pretensão deduzida na exordial, no que toca ao ponto controvertido de imposição aos réus, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT e Banco Bradesco S/A, de obrigação de fazer consistente na adequação da estrutura das agências dos Correios e a adoção de medidas de segurança previstas na Lei nº 7.102/83, em razão do contrato celebrado entre as empresas com a finalidade de a primeira ser correspondente bancária da segunda.

Portanto, é o contrato de correspondente bancário que vincula a empresa pública e a privada para a adoção das medidas previstas na Lei nº 7.102/83 pretendida pelo Ministério Público.

É preciso, também, que fique muito evidente qual foi a tutela jurisdicional concedido pelo Magistrado *a quo*, particularmente quanto à pretensão acima exposta. Determinou o Juiz Singular que “os réus ECT e Bradesco promovam a adequação da estrutura das agências dos Correios que atuam como Banco Postal nos municípios que integram a competência territorial desta Seção Judiciária, providenciando a sua adequação física (localização conveniente e estrutura apropriada) e a adoção das medidas de segurança previstas na Lei 7.102/83, segundo o modelo aprovado pela Polícia Federal”. Determinou, ainda, o Magistrado, que “a responsabilidade da ECT se estenderá enquanto prestar o serviço como correspondente bancário de qualquer instituição financeira ao passo que a do Bradesco se estenderá enquanto mantiver contrato com a ECT”.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO BARROS DIAS

A questão que se impõe é a seguinte: com o término do contrato de correspondente bancário, celebrado entre a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT e o Banco Bradesco, qual a aplicabilidade da sentença com relação a empresa privada, se as adequações e estruturações são para o futuro? Nenhuma, respondo. A própria sentença expressa isso, ao dizer que a responsabilidade do Banco Bradesco “se estenderá enquanto mantiver contrato com a ECT”.

Por outro lado, se existe um novo contrato, com outra instituição financeira, o Banco do Brasil S/A, as adequações e estruturações não deveriam ser discutidas com essa nova instituição no momento da elaboração dos projetos? Sem dúvidas, que sim. Não há mais interesse do Banco Bradesco S/A para implementação de medidas, pois não mais responde pelas ocorrências oriundas da falta de segurança nas agências com o fim do contrato.

Poder-se-ia até dizer que há uma incompatibilidade de atuação do Banco Bradesco S/A, quando já existe outra instituição financeira atuando em parceria com os Correios, tendo em vista a “total responsabilidade da instituição financeira contratante sobre os serviços prestados pela empresa contratada” (Resolução nº 3.110/2003, art. 4º, inciso I), bem como deve a contratada torna “a sua condição de simples prestadora de serviços à instituição financeira contratante” (Resolução nº 3.110/2003, art. 4º, inciso VII).

A Resolução nº 3.110/2003 vigia à época da contratação e tinha essa sistemática, que não se alterou com a edição da Resolução nº 3.954/2011, que estabelece, em seu art. 2º, que

O correspondente atua por conta e sob as diretrizes da instituição contratante, que assume inteira responsabilidade pelo atendimento prestado aos clientes e usuários por meio do contratado, à qual cabe garantir a integridade, a confiabilidade, a segurança e o sigilo das transações realizadas por meio do contratado, bem como o cumprimento da legislação e da regulamentação relativa a essas transações.

Não faz sentido, portanto, o Banco Bradesco S/A participar das adequações a serem feitas nas agências dos Correios, para fins de atuação como correspondente bancário, quando o contrato se extinguiu e outra instituição financeira foi vencedor de leilão para correspondente bancário com os Correios¹.

Conforme disciplina o Código de Processo Civil, “Se, depois da propositura da ação, algum dado constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento da lide, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a sentença” (art. 462).

¹

<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios%20setor-financeiro,bb-e-vencedor-do-leilao-do-banco-postal-com-lance-de-r-23-bilhoes,69380,0.htm> (acesso em 24/05/2012).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO BARROS DIAS

Entende-se, por fato superveniente, a circunstância relevante para o julgamento da demanda que ocorreu após a formação da relação jurídico-processual, ou, uma vez existente, sua apuração somente ocorreu no curso do processo.

O reconhecimento do fato superveniente se faz necessário porque a decisão “deve refletir o estado de fato da lide no momento da entrega da prestação jurisdicional, devendo o juiz levar em consideração o fato superveniente (RSTJ 140/386)” (NEGRÃO. Theotonio. Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, 40ª ed., Editora Saraiva, 2008, p. 565).

Assim sendo, não mais existindo contrato entre o Banco Bradesco S/A e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, com relação ao Banco Postal, não mais subsiste a pretensão autoral com relação à instituição financeira privada, ou seja, não há mais interesse processual em impor obrigação de fazer ao Banco Bradesco S/A, caracterizando-se situação de perda de objeto superveniente.

Destaca-se, apenas, para que não restem dúvidas, que não foi imposta condenação ao Banco Bradesco S/A por fatos passados (restituir, compensar, pagar, repor). Ao contrário, a obrigação decorrente da sentença se refere ao futuro, a providências a serem tomadas para que as agências dos Correios ofereçam melhores condições de segurança para os empregados e usuários, e, quanto a isso, não cabe mais responsabilizar a empresa privada demandada.

Nesse sentido, é o parcer do Ministério Público Federal com atuação junto a esta Corte Regional, ao opinar que

Se, à época da oposição dos embargos declaratórios pelo BRADESCO, em 22.11.2012 (fls. 1020), onde se pleiteou a inexibibilidade da obrigação de fazer, o juiz a quo negou-se a reconhecer a perda de objeto da ação em relação a esse demandado, ao argumento de que “a afirmação de que a citada instituição financeira deixará de ser a repsonsável pelo banco postal a partir de 02.01.2012 em nada obsta o cumprimento do julgado, um vez que até esta data a obrigação permanece hígida.” (fls. 1034), no entanto, agora, é inegável a preda de objeto da ação em relação a esse réu, vez que na presente data é o Banco do Brasil o novo responsável pela prestação dos serviços do denominado “Banco Postal”.

Assim, de início, deve ser dado provimento ao apelo do BRADESCO, extinguindo-se o feito sem resolução de mérito tão somente com relação a ele, uma vez que a sentença condenou-o apenas na obrigação de fazer, hoje inexigível, nos termos do artigo 267, VI, do CPC.

Acolho, assim, a preliminar do Banco Bradesco S/A para extinguir a relação jurídico-processual com relação à instituição financeira por falta de interesse processual superveniente, em razão da perda de objeto.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO BARROS DIAS

Ressalto que a exclusão do Banco Bradesco S/A em nada afeta a continuidade da ação com relação à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT e a União, no tocante à necessidade de adequação de suas agências e a aplicação de medidas de segurança, tendo em vista que continua a exercer a função de correspondente bancário, através de contrato firmado com o Banco do Brasil S/A.

Passo ao mérito.

Aplicação da Lei nº 7.102/83 ao correspondentes bancários

O objetivo da presente demanda é impor à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, ao prestar serviços como correspondente bancário, a submissão às exigências de segurança impostas às instituições financeiras contidas na Lei nº 7.102/83.

A possibilidade conferida às instituições financeiras para contratar empresas para atuar como seus correspondentes e prestarem alguns serviços bancários foi prevista na Resolução nº 2.707/2000, sucedida pela Resolução nº 3.110/2003 do Banco Central do Brasil, vigente à época da contratação, nos seguintes termos:

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada em 31 de julho de 2003, com base nos arts. 3º, inciso V, 4º, incisos VI e VIII, 17 e 18, § 1º, da referida Lei e 14 da Lei 4.728, de 14 de julho de 1965, RESOLVEU:

Art. 1º. Alterar e consolidar, nos termos desta resolução, as normas que dispõem sobre a contratação, por parte de bancos múltiplos, de bancos comerciais, da Caixa Econômica Federal, de bancos de investimento, de sociedades de crédito imobiliário e de associações de poupança e empréstimo, de empresas integrantes ou não do Sistema Financeiro Nacional, para o desempenho das funções de correspondente no País, com vistas à prestação dos seguintes serviços:

I - recepção e encaminhamento de propostas de abertura de contas de depósitos à vista, a prazo ou de poupança;

II - recebimentos, pagamentos e outras atividades decorrentes de convênios relativos a contas de depósitos à vista, a prazo e de poupança, bem como a aplicações e resgates em fundos de investimento;

III - recebimentos, pagamentos e outras atividades decorrentes de convênios de prestação de serviços mantidos pelo contratante na forma da regulamentação em vigor;

IV - execução ativa ou passiva de ordens de pagamento em nome do contratante;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO BARROS DIAS

V - recepção e encaminhamento de pedidos de empréstimos e de financiamentos;

VI - análise de crédito e cadastro;

VII - execução de serviços de cobrança;

VIII - recepção e encaminhamento de propostas de emissão de cartões de crédito;

IX - outros serviços de controle, inclusive processamento de dados, das operações pactuadas;

X - outras atividades, a critério do Banco Central do Brasil.

§ 1º. A faculdade de que trata este artigo somente poder exercida no que se refere a serviços relacionados às atividades desenvolvidas pelas instituições referida no caput, permitidas nos termos da legislação e regulamentação em vigor.

O Ministério das Comunicações, por sua vez, editou a Portaria nº 588/2000, instituindo o Serviço Financeiro Postal Especial, denominado Banco Postal, consistente na utilização das agências dos Correios para a realização de serviços bancários, na forma estabelecida nas Resolução do Banco Central do Brasil – BACEN, que dispõe:

Art. 1º. Instituir o Serviço Financeiro Postal Especial, denominado Banco Postal, a ser prestado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, de acordo com os princípios gerais definidos nesta Portaria e em normas específicas pertinentes.

Art. 2º. Os serviços relativos ao Banco Postal caracterizam-se pela utilização da rede de atendimento da ECT para a prestação de serviços bancários básicos, em todo o território nacional, como correspondente de instituições bancárias, na forma definida pela Resolução do Conselho Monetário Nacional de nº 2.707, de 30 de março de 2000.

§ 1º. Os serviços a que se refere esta Portaria deverão ser implantados prioritariamente nos municípios desassistidos de atendimento bancário, como instrumento de inserção social, assim entendidos aqueles que não possuem agências bancárias, Posto de Atendimento Bancário (PAB) ou Posto Avançado de Atendimento (PAA).

§ 2º. Os serviços referidos no caput deverão ser prestados em parceria com instituições bancárias pertencentes ao Sistema Financeiro Nacional.

§ 3º. Caso a prática recomende a prestação dos serviços com uma única instituição parceira, a contratação deverá ser precedida de processo seletivo público.

As resoluções do Banco Central do Brasil – BACEN, que autorizam os bancos a contratar correspondentes bancários, e a Portaria do Ministério das Comunicações, instituindo o Serviço Financeiro Postal Especial, o Banco Postal, tiveram por finalidade precípua facilitar o acesso da população, especialmente a de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO BARROS DIAS

baixa renda, aos produtos e serviços do Sistema Financeira Nacional, nas localidades que não disponham de agências bancárias instaladas.

Os correspondentes bancários exercem atividade essencialmente bancária, não todas, é verdade, as mais simples, com certeza, mas, o que é essencial para a presente demanda, é que essas operações bancárias envolvem a movimentação constante de recursos financeiros.

Não se nega, como afirma a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, que, anteriormente à sua ação como correspondente bancário, já movimentava dinheiro em suas agências, mas, por óbvio, houve uma incrementação na movimentação de numerários pelas suas agências, o que, sem dúvida, passou a atrair a atenção de bandidos para o cometimento de crimes contra o patrimônio. É fato inconteste. As notícias do crescente número de assaltos as agências dos Correios é fato público e notório. Isso ficou bem claro nos presentes autos.

A transferência de atribuições das instituições financeiras bancárias para os correspondentes bancários, com ganhos financeiros para ambas as empresas, deve ser acompanhada, necessariamente, de todas as medidas de segurança adotadas pelas instituições financeiras, como forma de efetiva proteção aos empregados dos correspondentes bancários e aos usuários dos serviços por estes prestados.

A implantação de medidas de segurança às instituições financeiras se justificaram pela existência de significativa movimentação de recursos em suas agências, que atraía a ação de bandidos. Com a transferência de atividades bancárias para os correspondentes bancários, particularmente a movimentação de dinheiro, enseja-se, pela mesma razão, que as medidas de segurança impostas às instituições financeiras sejam, também, aplicadas aos correspondentes bancários. A finalidade é a mesma, evitar a ação de bandidos, com a proteção do patrimônio, e, principalmente, da vida dos empregados e usuários das agências do Banco Postal.

Havendo essa necessidade de defesa patrimonial e pessoas, quais as medidas a serem aplicadas, para que não haja descompasso entre o risco e proteção? Como resposta, pode-se afirmar, com certeza, que são aquelas mesmas previstas na Lei nº 7.102/83, voltadas para a segurança das agências bancárias, já que os correspondentes bancários estão exercendo atividade exclusiva das instituições financeiras.

Destaco que determinadas atividades têm um dever especial de segurança, além da segurança pública que é dever primário do Estado, e, dentre elas, as atividades que movimentam valores financeiros em quantidade considerável, como as bancárias. Assim, a eficiência, ou não, da atuação do Estado, como provedor de segurança, não afasta o dever das empresas que movimentam valores de incrementar a segurança privada.

Como bem decidiu o Juízo *a quo*, aplica-se aos Bancos Postais o sistema de segurança utilizado na agências bancários do Sistema Financeiro



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO BARROS DIAS

Nacional, previsto na Lei nº 7.102/83, como forma de incrementar a segurança das agências dos Correios que prestam serviços de correspondente bancário e inibir a investida de bandidos ou, pelo menos, amenizar os riscos destas ações ilegais.

Assim, apesar da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT não ter a natureza jurídica de instituição financeira, ao desempenhar atividade bancária na prestação do serviço de Banco Postal, por força de convênio, aplica-se da Lei nº. 7.102/83, nos termos do seu art. 2º, in verbis:

Art. 2º. O sistema de segurança referido no artigo anterior inclui pessoas adequadamente preparadas, assim chamadas vigilantes, alarme capaz de permitir, com segurança, comunicação entre o estabelecimento financeiro e outro da mesma instituição, empresa de vigilância ou órgão policial mais próximo, e pelo menos mais um dos seguintes dispositivos:

I - equipamentos elétricos, eletrônicos e de filmagens que possibilitem a identificação dos assaltantes; II - artefatos que retardem a ação dos criminosos, perseguindo a sua identificação ou captura; III - cabina blindada com permanência ininterrupta de vigilante durante o expediente para o público e enquanto houver a movimentação de numerário no interior do estabelecimento.

Como dito, embora os Correios não sejam instituições financeiras, quando atuam como correspondentes bancários, equiparam-se a essas, pelo menos para algumas finalidade, por força do art. 17, da Lei nº 4.595/64, que dispõe:

Art. 17. Consideram-se instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei e da legislação em vigor, equiparam-se às instituições financeiras as pessoas físicas que exerçam qualquer das atividades referidas neste artigo.

Havendo a previsão legal de implantação de medidas de segurança e ocorrendo a identidade da atividade desenvolvida no Banco Postal com a das instituições financeiras, não viola o princípio da legalidade a aplicação das normas de segurança previstas para estas às primeiras, nem essa determinação judicial ofende ao princípio da Separação dos Poderes.

Por outro lado, as medidas de segurança adotadas pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT não são suficientes para afastar a implementação das determinações contidas na Lei nº 7.102/83, tendo em vista que não têm sido suficientes para a efetivação da segurança nas agências do Banco Postal. Isso ficou evidenciado, pelo relatório da Polícia Federal que afirma que os equipamentos utilizados pelos Correios são insuficientes e a segurança mal preparada (fls. 64/78 do anexo V). Diz o relatório que



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO BARROS DIAS

Somando os fatores sociais adversos, a um projeto que implantou os correspondentes bancários em instalações físicas inadequadas, mas localizadas, sem os equipamentos adequados, guardados por uma vigilância que atua de forma errada e gerida por funcionários que nunca foram preparados para atuar como bancários, teremos como resultado uma situação muito favorável à criminalidade e totalmente desfavorável para empregados e usuários.

Para que as medidas de segurança a serem adotadas pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT não sejam aleatórias, por mais que bem intencionadas, é preciso o parâmetro legal, que é a Lei nº 7.102/83.

A Segunda Turma deste egrégia Corte Regional, em caso similar, entendeu pela aplicação da Lei nº 7.102/83 aos correspondentes bancários, conforme se verifica de ementa a seguir transcrita:

ADMINISTRATIVO. CIVIL. CORRESPONDENTES BANCÁRIOS. RESOLUÇÃO Nº. 3.103/2003 DO BACEN. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. BANCO BRADESCO S/A. EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. SERVIÇOS BANCÁRIOS. BANCO POSTAL. ADEQUAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS À LEI Nº. 7.102/83. RESPONSABILIDADE CONJUNTA. - Rejeição da preliminar arguida pelo BANCO BRADESCO S/A de que há impossibilidade jurídica do pedido em virtude da não aplicação da Lei nº 7.102/83 ao caso dos Autos. É que tal argumento, na verdade, se refere ao mérito da demanda e como tal deve ser tratada. - Discute-se, no presente caso, se a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT, ao prestar serviços do Banco Postal, nos termos do Convênio de fls. 188/210, firmado junto ao Bradesco S/A, desempenha atividade bancária, submetendo-se, por consequência, às exigências de segurança de tais instituições contidas na Lei nº 7.102/83. - A faculdade conferida às instituições financeiras para contratar empresas para atuar como seus correspondentes e prestarem alguns serviços bancários foi prevista na Resolução nº 2.707/2000, sucedida pela Resolução nº 3.110/2003, do Banco Central do Brasil, com vistas à prestação dos seguintes serviços: I - recepção e encaminhamento de propostas de abertura de contas de depósitos à vista, a prazo ou de poupança; II - recebimentos, pagamentos e outras atividades decorrentes de convênios relativos a contas de depósitos à vista, a prazo e de poupança, bem como a aplicações e resgates em fundos de investimento; III - recebimentos, pagamentos e outras atividades decorrentes de convênios de prestação de serviços mantidos pelo contratante na forma da regulamentação em vigor; IV - execução ativa ou passiva de ordens de pagamento em nome do contratante; V - recepção e encaminhamento de pedidos de empréstimos e de financiamentos; VI - análise de crédito e cadastro; VII - execução de serviços de cobrança; VIII - recepção e encaminhamento de propostas de emissão de cartões de crédito; IX - outros serviços de controle, inclusive processamento de dados, das operações pactuadas; X - outras atividades, a critério do Banco Central do Brasil." - As resoluções do BACEN que autorizaram os bancos a contratar correspondentes bancários - empresas para a prestação de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO BARROS DIAS

alguns dos serviços inerentes às instituições bancárias - tiveram por finalidade precípua facilitar o acesso da população, especialmente a de baixa renda, aos produtos e serviços do Sistema Financeira Nacional, nas localidades que não disponham de agências bancárias instaladas. - Aplica-se aos Bancos Postais todo o sistema de segurança bancário, previsto na Lei nº 7.102/83, pois tal fato não implica desvirtuamento do sistema de correspondentes bancários concebido pela Resolução 2.707/2000 do BACEN, mas, sim, o seu aperfeiçoamento. - Apesar da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT - não ter a natureza jurídica de instituição financeira, desempenha atividade bancária na prestação do serviço de Banco Postal, razão pela qual é medida de rigor a aplicação da Lei nº. 7.102/83 ao caso dos Autos. - A Resolução nº 3.110/03 do BACEN, que autorizou a criação da figura do correspondente bancário, deixou claro que a responsabilidade pelos serviços prestados no Banco Postal é da instituição financeira, nos seguintes termos: Art. 4º. Os contratos referentes à prestação de serviços de correspondente, nos termos desta Resolução, devem incluir cláusulas prevendo: I - a total responsabilidade da instituição financeira contratante sobre os serviços prestados pela empresa contratada, inclusive na hipótese de subestabelecimento do contrato de terceiros, total ou parcialmente. - Na cláusula 6ª do contrato firmado (fls. 192), ficou estabelecido que a EBCT proveria toda a infra-estrutura operacional necessária à execução dos serviços. No contrato ajustado, previu-se, ainda, na cláusula décima quarta, itens II, XIV, XV, e XVII, a obrigação da ECT pelo fornecimento de toda a infra-estrutura de segurança (fls. 194/196). - Em se fazendo uma interpretação conjunta e sistemática da Resolução nº. 3.110/2003 do BACEN c/c o Contrato de Prestação de Serviços firmado entre a EBCT e o Banco Bradesco S/A, verifica-se que a responsabilidade pela adequação dos Bancos Postais às normas de segurança é de ambos os contratantes. - Apelação da EBCT improvida. Apelação do Ministério Público Federal e do Banco Bradesco S/A parcialmente providas para determinar ao Banco Bradesco S/A e à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT que, no prazo de 6 (seis) meses, promovam e concluam a adequação da estrutura das agências dos Correios que atuam como correspondentes bancários, nos municípios que integram a competência territorial daquela subseção judiciária federal (Caruaru/PE), às exigências de segurança impostas pela Lei nº. 7.102/83, nos termos do Relatório de Vistoria da Polícia Federal de fls. 252/277, devendo implantar todos os itens ali descritos como necessários.

(TRF5, Segunda Turma, AC451364/PE, Relator Desembargador Federal Francisco Barros Dias, unanimidade, DJ 14/01/2010).

Ultrapassado esse ponto controvertido, passo às questões atinentes ao cumprimento da decisão de antecipação de tutela.

Proibição de prestar atendimento como Banco Postal

A sentença recorrida determinou que, em não sendo promovidas as adequações no prazo determinado, poderá haver alteração na forma de cumprimento da obrigação de fazer para que a Empresa Brasileira de Correios e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO BARROS DIAS

Telégrafos – ECT seja proibida de prestar atendimento como Banco Postal até a regularização do sistema de segurança.

Não há nessa determinação judicial qualquer vício passível de revisão, tendo em vista que a manutenção do estado de insegurança nas agências dos Correios, pela inadequação à Lei nº 7.102/83, pode, sim, inviabilizar a continuidade do funcionamento do Banco Postal, enquanto não houve as necessárias adequações.

No sopesamento das vantagens e desvantagens do funcionamento do Banco Postal a segurança dos empregados e usuários é fator determinante para a sua manutenção, não havendo óbices ao seu fechamento enquanto se implantam as medidas de segurança.

As alegações genéricas de impossibilidade de cumprimento das medidas de adequação no prazo fixado pela decisão recorrida, particularmente quanto às previsões da Lei nº 8.666/93, sem que se tenha demonstrado no recurso quais foram as medidas até então empreendidas, com base na Lei nº 7.102/83, que encontraram limitações e quais os óbices existência, não afastam a obrigação de cumprimento da ordem judicial.

Termo inicial para o cumprimento da decisão de antecipação de tutela

A sentença recorrida estendeu os efeitos da decisão liminar à União, para que promova a aprovação e fiscalização do sistema de segurança das agências dos Correios que prestem o serviço como “Banco Postal, nos termos da Lei nº 7.182/83.

Como somente na sentença é que ocorreu a extensão dos efeitos da decisão de antecipação da tutela à União, ou seja, somente após a sentença é que o ente público federativo passou a ter a obrigação de aprovação do sistema de segurança das agências dos Correios, a efetivação da decisão, mesmo com relação à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, é que passou a ser possível, já que antes não tinha a indicação do órgão competente para a aprovação dos projeto de segurança.

A fixação do termo inicial do prazo para o cumprimento da decisão de antecipação de tutela para momento anterior à extensão dos efeitos da tutela para a União, tornou-se, até certo ponto, inviável, pois faltava a indicação do órgão que cancelaria a efetividade das medidas a serem tomadas, evitando-se o dispêndio de verbas com medidas inócuas e desnecessárias.

Tenho que assiste razão, em parte, aos recorrentes quanto ao termo inicial do prazo para o cumprimento da decisão de antecipação da tutela, que deve ser a data da sentença, ou seja, 30 de novembro de 2011 (data da publicação da decisão dos embargos de declaração opostos contra a sentença – fls. 1035), quando os efeitos da decisão atingiram a todos as partes da demanda.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO BARROS DIAS

Assim, o termo inicial para o cumprimento da tutela deve observar o dia 30 de novembro de 2011, ficando mantido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a sua efetivação.

Cabimento da multa imposta à União, em caso de descumprimento da decisão de antecipação dos efeitos da tutela

O estabelecimento de multas é um meio de forçar o adimplemento da obrigação por parte daquele que a ela está obrigado, podendo ser aplicada, de ofício pelo julgador ou a requerimento das partes, inclusive contra pessoa jurídica de direito público, nos termos do art. 461, parágrafo 4º, do Código de Processo Civil.

A Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça “encontra-se consolidada no sentido de que inexistente óbice para a imposição da multa (astreinte) à Fazenda Pública, pelo descumprimento de decisão judicial que a obriga a fazer, não fazer ou a entregar coisa. Dessa forma, a alegação de inviabilidade de fixação de astreintes contra o Poder Público não deve prosperar, pois é pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça segundo o qual tal instituto é compatível com a ausência de efeitos coercitivos em face de pessoa jurídica de direito público (Segunda Turma, REsp nº 970401, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, unanimidade, DJE 14/12/2010).

Quanto ao valor da multa diária fixada em R\$ 2.000,00 (dois mil reais) pelo Magistrado *a quo* para o descumprimento de cada uma das agências que esteja funcionando em desacordo com o conteúdo da sentença, tenho que deve ser mantido, pois compatível com a urgência da medida para o atendimento da segurança nas agências de Correios que atuam como Banco Postal.

A redução, como pretende a União, para o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), retira da astreinte a força impositiva que lhe é peculiar.

Não concessão de efeito suspensivo ao recurso

As apelações foram recebidas em ambos os efeitos, ficando ressalvada apenas o alcance da tutela antecipada, para a qual o efeito foi apenas devolutivo (fl. 1.143).

Com o reconhecimento da necessidade de adequação das agências dos Correios que atuam como Banco Postal aos ditames da Lei nº 7.102/83 e da urgência da implantação das medidas de segurança previstas no normativo, visando à maior proteção dos empregados e usuários daquelas, e com o esclarecimento acerca do termo inicial do prazo para o cumprimento da decisão antecipatória, suficiente para implementação das medidas de segurança, não vejo razão para a concessão de efeito suspensivo ao recurso.

Diante do exposto, dou provimento ao recurso do Banco Bradesco S/A para extinguir, com apenas com relação a este recorrente, a relação jurídico-processual, por perda superveniente de objeto. Outrossim, dou parcial provimento



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO BARROS DIAS

ao recurso da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos apenas para determinar a contagem do prazo de 180 (cento e oitenta) dias para o cumprimento da decisão de antecipação de tutela a partir de 30 de novembro de 2011. Por fim, nego provimento à remessa oficial e ao recurso de apelação da União.

É como voto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO BARROS DIAS

APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO Nº 22248/SE (0005895-25.2010.4.05.8500)

APELANTE : ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

ADV/PROC : GEANE MONTEIRO GUIMARAES E OUTROS

APELANTE : BANCO BRADESCO S/A - BANCO BRASILEIRO DE DESCONTO S/A

ADV/PROC : JOSE MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO E OUTROS

APELANTE : UNIÃO

APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

REMTE : JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE SERGIPE (ARACAJU)

ORIGEM: 1ª VARA FEDERAL DE SERGIPE

RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO BARROS DIAS - Segunda Turma

EMENTA

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. PRELIMINARES. ILEGITIMIDADE PASSIVA. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. REJEIÇÃO. EXTINÇÃO DO CONTRATO. PERDA DE OBJETO SUPERVENIENTE COM RELAÇÃO AO BANCO BRADESCO S/A. CONTRATAÇÃO COM OUTRA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. ACOLHIMENTO. CONTINUIDADE DA DEMANDA COM RELAÇÃO À EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS E UNIÃO. CORRESPONDENTES BANCÁRIOS. RESOLUÇÃO Nº 3.103/2003 DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. SERVIÇO FINANCEIRO POSTAL ESPECIAL – BANCO POSTAL. PORTARIA Nº 588/2000. APLICAÇÃO DA LEI Nº 7.103/83. ADEQUAÇÃO E MEDIDAS DE SEGURANÇA APLICADAS AOS CORRESPONDENTES BANCÁRIOS. NÃO APLICAÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO DA DECISÃO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS ADEQUAÇÕES E MEDIDAS DE SEGURANÇA. EFICÁCIA DA DECISÃO PARA TODAS AS PARTES. PROVIMENTO DO RECURSO DO BANCO BRADESCO S/A. PROVIMENTO PARCIAL DO APELO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – ECT. IMPROVIMENTO DA REMESSA OFICIAL E DA APELAÇÃO DA UNIÃO.

1 – A legitimidade para a causa não exige pertinência com a efetiva existência do direito material, bastando a afirmação de que existe (Teoria da Asserção). Verifica-se que há um contrato celebrado entre a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT e o Banco Bradesco S/A e, em razão desse contrato, o Ministério Público afirma a necessidade de adequação das agências dos Correios às normas de segurança previstas na Lei nº 7.102/83. Isso é o bastante para a caracterização da legitimidade passiva da empresa pública. A necessidade de adequação, ou não, e se a responsabilidade de prestação de segurança é desta ou do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO BARROS DIAS

Estado do Sergipe é questão de mérito, não cabendo a sua análise nesse seara prefacial. Legitimidade passiva da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT.

2 - Para a formação do litisconsórcio passivo necessário, que é excepcional, é preciso que haja a necessidade de decisão igual para todos aqueles envolvidos na questão, ou seja, litisconsórcio unitário, ou por imposição legal. Não está a empresa pública e o Estado de Sergipe vinculados pelas normas de segurança que o Ministério Público pretende que sejam impostas, ou seja, aquelas previstas na Lei nº 7.102/83, nem o Ente Público Estadual é parte no contrato de correspondente bancário. Inexistência de litisconsórcio necessário.

3 – A possibilidade jurídica do pedido está relacionada com a vedação da análise da matéria pelo Judiciário, ou seja, há expresse óbice de discussão no plano processual. Não se deve confundir impossibilidade jurídica com improcedência do pedido. A questão apresentada em sede preliminar, na verdade, é de mérito. A aplicação, ou não, da Lei nº 7.102/83 e a violação de princípios em decorrência de sua aplicação é justamente o mérito da questão, não cabendo sua apreciação como preambular.

4 – Com o término do contrato de correspondente bancário celebrado entre o Banco Bradesco S/A e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, como não houve imposição de obrigação para os fatos pretéritos, mas e tão somente para o futuro, não mais subsiste interesse de impor obrigações à instituição financeira, inclusive porque outra foi vencedor em processo licitatório para contratação com os Correios para o serviço de correspondente bancário.

5 - Incompatibilidade de atuação do Banco Bradesco S/A nas agências do correspondente bancário, quando já existe outra instituição financeira atuando em parceria com os Correios, tendo em vista a “total responsabilidade da instituição financeira contratante sobre os serviços prestados pela empresa contratada” (Resolução nº 3.110/2003, art. 4º, inciso I), bem como deve a contratada torna “a sua condição de simples prestadora de serviços à instituição financeira contratante” (Resolução nº 3.110/2003, art. 4º, inciso VII).

6 - O reconhecimento do fato superveniente se faz necessário porque a decisão “deve refletir o estado de fato da lide no momento da entrega da prestação jurisdicional, devendo o juiz levar em consideração o fato superveniente (RSTJ 140/386)” (NEGRÃO. Theotonio. Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, 40ª ed., Editora Saraiva, 2008, p. 565). Perda superveniente de objeto. Extinção da relação jurídico-processual com relação ao Banco Bradesco S/A. Continuidade da demanda com relação à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT e à União.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO BARROS DIAS

7 – As Resoluções do Banco Central do Brasil – BACEN (Resolução nº 3.110/2003, vigente à época da contratação) que autorizam os bancos a contratar correspondentes bancários, e a Portaria do Ministério das Comunicações (Portaria nº 588/2000), instituindo o Serviço Financeiro Postal Especial, o Banco Postal, tiveram por finalidade precípua facilitar o acesso da população, especialmente a de baixa renda, aos produtos e serviços do Sistema Financeira Nacional, nas localidades que não disponham de agências bancárias instaladas.

8 - Aplica-se aos Bancos Postais todo o sistema de segurança bancário, previsto na Lei nº 7.102/83, pois tal fato não implica desvirtuamento do sistema de correspondentes bancários concebido pela Resolução 2.707/2000 do BACEN, mas, sim, o seu aperfeiçoamento.

9 - Apesar da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT - não ter a natureza jurídica de instituição financeira, desempenha atividade bancária na prestação do serviço de Banco Postal, razão pela qual é medida de rigor a aplicação da Lei nº. 7.102/83 ao caso dos Autos. Precedente da Segunda Turma desta Corte Regional: AC451364/PE, Relator Desembargador Federal Francisco Barros Dias, unanimidade, DJ 14/01/2010.

10 - O termo inicial para o cumprimento da decisão de antecipação de tutela deve observar o dia 30 de novembro de 2011, ficando mantido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a sua efetivação, data em que os efeitos da decisão foram estendidas a todas as demandadas. Valor da multa imposta pelo descumprimento da decisão antecipatório que deve ser mantido. Descabimento de redução para valor módico.

11 - Com o reconhecimento da necessidade de adequação das agências dos Correios que atuam como Banco Postal aos ditames da Lei nº 7.102/83 e da urgência da implantação das medidas de segurança previstas no normativo, visando à maior proteção dos empregados e usuários daquelas, e com o esclarecimento acerca do termo inicial do prazo para o cumprimento da decisão antecipatória, suficiente para implementação das medidas de segurança, não vejo razão para a concessão de efeito suspensivo ao recurso.

12 – A Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça “encontra-se consolidada no sentido de que inexistente óbice para a imposição da multa (astreinte) à Fazenda Pública, pelo descumprimento de decisão judicial que a obriga a fazer, não fazer ou a entregar coisa. Dessa forma, a alegação de inviabilidade de fixação de astreintes contra o Poder Público não deve prosperar, pois é pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça segundo o qual tal instituto é compatível com a ausência de efeitos coercitivos em face de pessoa jurídica de direito público (STJ, Segunda Turma, REsp nº 970401, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, unanimidade, DJE 14/12/2010).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO BARROS DIAS

13 - Provimento ao recurso do Banco Bradesco S/A para extinguir, com relação apenas a este recorrente, a relação jurídico-processual, por perda superveniente de objeto. Parcial provimento ao recurso da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos apenas para determinar a contagem do prazo de 180 (cento e oitenta) dias para o cumprimento da decisão de antecipação de tutela a partir de 30 de novembro de 2011. Improvimento da remessa oficial e do recurso de apelação da União.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª. Região, por unanimidade, **dar provimento ao recurso do Banco Bradesco S/A e parcial provimento ao recurso de apelação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT e negar provimento à remessa oficial e ao recurso de apelação da União**, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife/PE, 29 de maio de 2012. (data do julgamento)

Desembargador Federal **FRANCISCO BARROS DIAS**

Relator